

DADOS PESSOAIS	
NOME	António Maria Ribeiro de Sampaio Caramelo
NOME PROFISSIONAL	António Sampaio Caramelo
CONTACTO TELEFÓNICO	351 210 091 783
E-MAIL	ascaramelo@mlgts.pt
DADOS PROFISSIONAIS	
Atividade profissional atual	
Foi, de 2001 até 2018, sócio e é atualmente 'Of counsel' da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados .	
Resenha do Percurso Profissional	
<p>Nascido em 23 de maio de 1948, licenciou-se (em 1972) pela Faculdade de Direito da Universidade (Clássica) de Lisboa, onde fez estudos de pós-graduação em ciências jurídicas, em 1972-1973. Exerce advocacia desde 1973, tendo sido consultor de grandes empresas e holdings empresariais públicas e privadas, intervindo na redação de numerosos contratos relativos à construção aquisição e reorganização de importantes empresas industriais (nomeadamente, nos sectores mineiro, químico, metalúrgico e da construção e reparação naval) e de transportes, em Portugal ou no estrangeiro, bem como na negociação de contratos de transferência de tecnologia envolvendo essas empresas. Interveio também na preparação de relevantes diplomas de organização do setor público empresarial. Foi, de 2001 até 2018, sócio e é atualmente Of counsel da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.</p> <p>Interveio, como advogado, em diversas arbitragens ad hoc e institucionalizadas, internas e internacionais; foi coárbitro em arbitragens internacionais e internas e presidiu, em 2007-2009, a um tribunal arbitral internacional sob a égide e as regras da Câmara de Comércio Internacional. Presidiu, em 2005-2006, a uma Comissão de Conciliação constituída no âmbito do International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID/CIRDI), visando solucionar um litígio entre uma empresa francesa e um Estado Africano.</p> <p>É membro-fundador da Associação Portuguesa de Arbitragem (tendo feito parte da sua Direção entre 2008-2010) e é membro da International Bar Association (Arbitration Commitee). Foi também membro do Club Español de Arbitraje e do Comité Brasileiro de Arbitragem.</p> <p>Faz parte das listas de árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, do ARBITRARE - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações (Lisboa) e do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo.</p> <p>Foi co-autor dos projectos de nova Lei da Arbitragem Voluntária, apresentados pela Direção da A.P.A. aos sucessivos Ministros da Justiça, em 2009, 2010 e 2011.</p> <p>Foi, em 2005-2006 e 2006-2007, professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde lecionou direito da arbitragem e lecionou nos cursos de pós-graduação em 'Arbitragem', organizados por esta Faculdade, nos anos letivos de 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011 e 2016-17 e 2018.</p> <p>Lecionou nos cursos de mestrado forense da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos anos letivos de 2010-2011 e de 2011-2012 nos Cursos de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem, organizado pelo CIDP da mesma Faculdade de Direito, nos anos letivos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.</p> <p>Interveio e apresentou comunicações em numerosos congressos, conferências e colóquios sobre temas de arbitragem comercial.</p>	

Experiência Arbitral	<u>Presidente do Tribunal</u>	<u>Árbitro único</u>	<u>Co árbitro</u>	<u>Advogado</u>
Arbitragens institucionais				
Internacionais:				
- CCI	1			7
- Outras				2
Arbitragens ad hoc internacionais			1	1
Arbitragens internas			2	6
Áreas de exercício preferencial				
<p>Direito comercial (incluindo o direito das sociedades e o direito do comércio internacional); direito bancário; contratos de transferência de tecnologia e de intermediação comercial (agência, concessão e franquia); contratos de joint venture, de construção de infraestruturas e de instalações industriais.</p> <p>- Direito público económico, nomeadamente, o regime das empresas públicas e dos contratos administrativos relativos às atividades económicas.</p> <p>- Arbitragens internas e internacionais.</p>				
Trabalhos Publicados				
<p>- 'Da suspensão da executividade dos actos administrativos por decisão dos tribunais administrativos', O DIREITO, ano 100.º (1968), Fasc. 1-2, Lisboa, pp. 32 e segs.</p> <p>- 'Recent Developments in Portuguese Legislation on Tender Offers for the acquisition of Shares of Public Companies', INTERNATIONAL COMPANY AND COMMERCIAL LAW REVIEW, 1996, Issue 2, Sweet & Maxwell, London, pp. 66-71.</p> <p>- 'A garantia bancária à primeira solicitação - sua autonomia e instrumentalidade. Anotação ao Acórdão do S.T.J. de 5 de Junho de 2003', REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, ano XLIV (2003), Verbo, Lisboa, n.º 3-4, pp. 87-137.</p> <p>- 'Recent Amendment to the Portuguese Law on Voluntary Arbitration', ARBITRATION INTERNATIONAL, Volume 19 (2003), n.º 4, LCIA, London, pp. 507-509.</p> <p>- 'Jurisprudência comentada: questões de arbitragem comercial', REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, Ano XLV, n.º 4, Outubro-Dezembro 2004, Verbo, Lisboa, pp. 307-351.</p> <p>- 'Questões de arbitragem comercial – II. Anotação ao Acórdão do STJ, de 22 de Abril de 2004', REVISTA DE DIREITO E ESTUDOS SOCIAIS, Ano XLVI, n.º 2-3-4, Abril-Dezembro 2005, Verbo, Lisboa, pp. 361-384.</p> <p>- 'A disponibilidade do direito como critério de arbitrabilidade do litígio - reflexões de jure condendo', REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 66 (2006), Tomo III, Lisboa, pp. 1233-1265.</p> <p>- 'A «autonomia» da cláusula compromissória e a competência da competência do tribunal arbitral', in 'ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, comemorando os seus 90 anos', 2007, Almedina, Coimbra, pp. 105-128; também publicado na REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 68 (2008), T. I, Lisboa, pp. 353-378.</p> <p>- 'Arbitration in Equity and Amiable Composition under Portuguese Law', JOURNAL OF INTERNATIONAL ARBITRATION, Vol. 25, No. 5, October 2008, Kluwer Law International, The Hague, pp. 569-581.</p> <p>- 'Decisões interlocutórias e parciais no processo arbitral; seu objeto e regime', II CONGRESSO DO CENTRO DE ARBITRAGEM DA CÂMARA E COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA (INTERVENÇÕES), Almedina, Coimbra, pp. 173-215; também publicado na revista THEMIS, Ano IX, n.º 16, 2009, Almedina, Coimbra, pp. 279-317.</p>				

- 'A Reforma da Lei de Arbitragem Voluntária', REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, n.º 2 (2009) Almedina, Coimbra, pp. 7-56.
 - 'Critérios de arbitrabilidade de litígios. Revisitando o tema', IV CONGRESSO DO CENTRO DE ARBITRAGEM DA CÂMARA E COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA (INTERVENÇÕES), 2011, Almedina, Coimbra, pp. 13-44; também na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 7, n.º 27, 2010, pp. 129-161.
 - 'Anulação de sentença arbitral contrária à ordem pública', REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Lisboa, Abr.-Jun. 2011, n.º 126, pp. 155-198; também publicado na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 7, n.º 32, 2012, pp. 129-161.
 - 'Arbitragem de Litígios Societários', REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, Almedina, Coimbra, n.º 4, 2011, pp. 7-64.
- Os 11 artigos precedentes foram coligidos no livro 'TEMAS DE DIREITO DA ARBITRAGEM', Coimbra Editora, Coimbra, 2013.
- 'Arbitrabilidade dos Litígios sobre a Validade de Deliberações Sociais', REVISTA BRASILEIRA DE ARBITRAGEM, n.º 33, 2012, CBAr, Curitiba, pp. 101-121.
 - 'A Portuguese Overview of Stolen Masters: The Sale of Stolen and Plundered Art', INTERNATIONAL LAW PRACTICUM, Vol. 25, No. 2 (Autumn 2012), NYSBA, New York, pp. 161-166.
 - 'A sentença arbitral contrária à ordem pública perante a nova LAV' in ESTUDOS EM HOMENAGEM A MIGUEL GALVÃO TELES, 2012, II vol., Almedina, Coimbra, pp. 51-72.
 - 'A Competência da Competência e a Autonomia do Tribunal Arbitral, REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 73 (2013), Tomo I, Lisboa, pp. 291-325; também na REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, n.º 40 (2014), S. Paulo, pp. 151-177, e na REVISTA DEL CLUB ESPAÑOL DE ARBITRAJE, N.º 19, 2014, Wolters Kluwer España, pp. 19-42.
 - 'O Estatuto dos Árbitros e a Constituição do Tribunal na LAV', REVISTA INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO, Almedina, Coimbra, nº 6, 2013, pp. 25-77.
 - 'Da Condução do Processo Arbitral na LAV', REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS, ano 73 (2013), Tomo II-III, Lisboa, pp. 669-742.
 - 'Obrigatoriedade da Convenção de Arbitragem e Direito de Acesso à Justiça', REVISTA De DIREITO CIVIL, Ano I (2016), N.º 1, Almedina, Coimbra, pp. 65-116.
- Os cinco artigos precedentes foram coligidos (com notas de atualização) no livro 'DIREITO DA ARBITRAGEM- ENSAIOS', Almedina, Coimbra, 2017.
- 'O Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras', Almedina, Coimbra, 2016 (livro).
 - 'Litígios em contratos de construção de grandes infraestruturas. Especificidades e meios de resolução', REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano II (2017) N.º 2, Almedina, Coimbra, pp. 281-315.
 - 'Quando é que uma arbitragem é internacional?' REVISTA DE DIREITO CIVIL, Ano IV (2019), N.º 3, Almedina, Coimbra, pp. 583-601.
 - 'Challenge of Arbitral Awards', in INTERNATIONAL ARBITRATION IN PORTUGAL (coordenado por André Pereira da Fonseca e outros), Wolters Kluwer, Alphen aan den Rijn, The Netherlands, 2020.
 - 'A Impugnação da Sentença Arbitral', 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020 (livro).

Idiomas Profissionais

- Inglês (fala e escreve fluentemente)
- Francês (fala e escreve fluentemente)
- Espanhol (compreende a língua falada e escrita)
- Italiano (compreende a língua falada e escrita)

Associação/Ordem Profissional

Ordem do Advogados de Portugal



ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL
DO PORTO



Declaro para os efeitos previstos no disposto no art.º 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU)2016/679 do P. E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais pelo Instituto de Arbitragem Comercial.

Data 18 de Maio de 2021 Assinatura António Joaquim Carneiro